



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participaram os Conselheiros Daniel de Souza Coelho, Presidente do Conselho, Jaime Alves de Freitas, José Roberto de Moraes e Filipe Camargo Barwick, titulares, Peter Greiner Júnior e Fernando Zanelli, suplentes, sem direito a voto. Ausência justificada do Conselheiro Paulo Rafael Minetto Maceta. Pela Fundação, Karina Damião Hirano e Francislene Nascimento, Diretoras, Edenilson Figueiredo da Silva e Angelita de Almeida Oliveira, assessores e Suzy Pereira de Lima, assistente. Na abertura dos trabalhos o Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos. Na sequência, o colegiado ratificou, sem ressalvas, a aprovação da ata da reunião anterior, já assinada por todos. Passando para o item seguinte da pauta, para comentar sobre a Instrução normativa PREVIC nº 34, que trata da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, convidou a Sra. Roberta Carvalho, representante da Consultoria *Manage Risk*, que iniciou apresentando o resultado da análise interna dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Comentou que o processo de mensuração foi feito de forma a identificar os riscos que possam existir dentro da Fundação e mensurados tanto o impacto como a probabilidade de ocorrência e qualificados de 1 a 5. Na mensuração dos riscos, demonstrou graficamente que os riscos acima de 20 são considerados críticos, de 12 a 16 altos, de 8 a 10, relevantes, de 4 a 6 médios e de 1 a 3, baixo. Na leitura da criticidade do risco inerente é que devem ser tomadas as ações. Pela análise, a Fundação não apresentou nenhum risco crítico alto ou relevante. De todos os riscos identificados, 16 foram classificados como riscos médios e 4 como riscos baixos. A Instrução normativa exige ainda que seja feito a análise dos riscos por perfil, definidos como sendo da entidade, dos participantes, dos planos de benefícios, das atividades dos funcionários, das patrocinadoras, das operações e dos serviços prestados. Graficamente demonstrou os riscos da Entidade que concentraram maior incidência, sendo nas operações com 5 riscos associados, participantes e entidade com 4 e as demais com 1 ou 2 riscos. Na matriz consolidada, foi demonstrada a probabilidade



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

x impacto. Na Fundação, a maior concentração dos riscos identificados ficou no eixo de impacto moderado e probabilidade quase nula. Não foi identificado nenhum risco de alta probabilidade de ocorrência ou de alto impacto. Na análise realizada x oportunidades de melhoria, foram avaliados 12 requisitos e apontados 8 oportunidades de melhoria. Em análise da política adotada pela Fundação comparativamente as exigências da IN 34, sobre: i) definição de papéis e responsabilidades; ii) novos planos e serviços e utilização de novas tecnologias; iii) avaliação interna de risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; iv) verificação do cumprimento da Política, dos procedimentos e dos controles internos; v) da promoção de cultura organizacional de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo contemplando funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirados; vi) seleção e contratação de funcionários e prestadores de serviços, bem como a capacitação de funcionários sobre o tema, estão todos aderentes, sem recomendações adicionais. Finalizando, na avaliação da efetividade dos procedimentos e controles internos, apresentou o resumo das recomendações, citando: i) quanto aos procedimentos e controles destinados ao conhecimento de clientes, recomendado estruturar o processo para monitoramento das determinações de indisponibilidade de ativos e evidenciar ações para respostas aos ofícios recebidos da PREVIC, relacionados ao tema; ii) quanto ao monitoramento, seleção, análise e comunicação ao COAF, rever o processo de comunicação para atendimento do prazo legal; iii) sobre a governança da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a formalização em ata, da ciência do COAUD da Relatório de Efetividade da IN 34; iv) quanto ao conhecimento de funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados, inserir questionamentos de PEP e controle desta condição e avaliar indícios de suspeita de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo no processo de seleção; v) nas medidas de desenvolvimento da cultura organizacional, aplicar treinamento, implementar processo de análise de riscos LD-FT quando da implantação de nova tecnologia e de novos planos de benefícios. Encerrado a apresentação, a presidência agradeceu a Sra. Roberta pela participação. Na sequência, passou a palavra a Diretora Francislene que iniciou a apresentação do Relatório mensal



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

de Investimentos comentando a movimentação do mês, destacando a evolução patrimonial, posição julho de 2023 que somou R\$ 2.94 bilhões e a captação líquida mensal em torno de R\$ 32,61 milhões. A alocação do patrimônio por plano, apresenta uma concentração de 98,34% nos planos RP, RG e RG UNIS. As aplicações foram de 75,36% em Renda Fixa, 2,41% em imobiliário, 6,22% em ações local, 2,18% em ações no exterior, 8,54% em fundos multimercados e 5,30% em FIPs. O retorno acumulado da carteira no mês de julho/23 foi de 1,02% para um alvo de 0,45% e, nos últimos 12 meses, 11,26% para um alvo de 8,12%. A rentabilidade acumulada desde o início é de 202,05% para um alvo de 192,96%. Seguindo, apresentou o comparativo de rentabilidade entre 120 EFPC, as principais movimentações realizadas no mês e o valor dos pagamentos de benefícios. Ainda, informou que não houve desenquadramentos no período. Finalizou com um rápido comentário sobre o acompanhamento, por plano e por Fundos, da interferência das Americanas e Light, no período dezembro/22 a junho/23. O Conselheiro Daniel solicitou o envio das atas do Comitê de Investimentos e, dentro do possível o encaminhamento das informações sob sua responsabilidade, para fechamento do RCI referente ao 1º semestre de 2023. Em complemento, solicitou registro da recomendação do Conselho Fiscal para a Diretoria Executiva no sentido de que, na solicitação de resgate pelo Participante seja apresentado um breve questionário sobre os motivos da solicitação do resgate, se o participante está ciente da rentabilidade do plano e do impacto do resgate no benefício futuro e que a fundação prepare e disponibilize material de orientação de planejamento financeiro para uma melhor reflexão do participante. Seguindo os itens da pauta, a Sra. Angelita informou que está sendo elaborado pela Consultoria PRP, o 4º estudo com vistas a formalização da proposta orçamentária para 2024. Na sequência, passou a apresentar o fluxo de caixa referente ao mês de julho/23, detalhando os valores das receitas e das despesas. Com essa movimentação e a estimativa dos meses subsequentes, a expectativa é de fechar o ano com o total de receitas de R\$ 60 milhões, despesas de R\$ 36 milhões e um saldo dos ativos do PGA de R\$ 56 milhões. Seguindo, passou a demonstrar o acompanhamento do orçamento, detalhando os grupamentos das receitas e das despesas com os percentuais de variações, o comparativo orçado x realizado e os



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

indicadores com gráfico em percentuais do período e do mês de referência e do acumulado do período. Por fim, detalhou os indicadores de gestão orçados, a projeção e a variação correspondente. Finalizada a apresentação, a Presidência agradeceu a participação. Dando continuidade, passou a palavra a sra. Suzy para comentar sobre o monitoramento das Obrigações legais, referente a julho, informou que todas as obrigações foram cumpridas no prazo, sem pendências, com exceção do envio dos balancetes à PREVIC, situação recorrente e em fase final de ajustes. Em continuidade, comentou sobre o cronograma de coleta dos dados e informações, e a data dos repasses ao Conselho Fiscal. Ainda, comentou que estão em curso final as atualizações para implantação do Programa de *compliance*, a aprovação das políticas de apuração de relatos e de consequências, bem como o desenho de indicadores. Com a aprovação das políticas a Fundação fica apta a implantar o canal de denúncias. Também em fase final a revisão dos fluxos e manuais da Entidade. Comunicou que já demandou junto às áreas o cumprimento do cronograma de disponibilização do material para o RCI do primeiro semestre de 2023. Seguindo, a Presidência passou a palavra a Sra. Josilda, que iniciou comentando sobre a capacitação da equipe da área de atendimento presencial e online. Disse que o treinamento tanto dos terceirizados quanto dos empregados da Fundação é realizado mensalmente. É feita uma reciclagem e atualização para a retomada dos pontos principais como regulamentos e normativos. Também é feito alocações e direcionamento dos atendentes que demonstram maior desenvolvimento e capacidade ou se identificam com maior facilidade para atender nichos específicos, tais como Comitês com particularidades diferenciadas. Semanalmente são realizados encontros com os assistentes e após com os terceirizados para promover os ajustes necessários. Nos casos de reposição de terceirizados, o indicado recebe treinamento por um período de 30 a 45 dias na própria empresa e só passa a atender um participante da Fundação a partir do quarto mês, depois de ser treinado e ter conhecimento dos sistemas e normativos da Fundação, acompanhado e monitorado por um assistente por um mês. Salientou ainda que a Fundação, através de um sistema de CRM, monitora o trabalho do atendente. Ainda, salientou que todo o quadro atual de atendimento tem mais de um ano de experiência na



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Fundação, o que de certa forma, garante um bom conhecimento dos nossos regulamentos, sistemas e normativos. Além disso, é importante salientar que o atendimento ao participante segue a filosofia da Fundação de visão, transparência e ética. Também comentando sobre o quadro atual disse que ele está bastante ajustado e não são concedidas férias nos meses de dezembro, janeiro e março, em função de extrema demanda. Os atendimentos diferenciados, tem sido feito por assistentes treinados para cada caso. O Conselheiro Daniel solicitou o envio da pesquisa realizada com os participantes, sobre o atendimento. Comentou ainda sobre a reclamação feita por uma participante que teria tido um atendimento insatisfatório. Sobre o caso específico a Sra. Josilda comentou que a atendente prestou todos os esclarecimentos e passou as informações solicitadas. Infelizmente as reclamações da participante foram pontuadas no aspecto jovial da atendente, nas dependências da Fundação e até na acomodação e nos móveis da área de atendimento. Complementou dizendo que essa participante foi inicialmente atendida por uma assistente com vasta experiência e, na sequência, pela supervisora que está na Fundação desde o início das atividades, que explicou detalhadamente, todas as opções com simulações. Posteriormente foi enviado esses cálculos por e-mail, ficando desde então, na dependência da escolha pela participante da definição da forma de recebimento do benefício, até a presente data, sem retorno. Solicitando a palavra, a Diretora Patrícia disse que o atendimento dispensado a citada participante não foi diferenciado em função da reclamação vinda do Conselho Fiscal, mas o de praxe praticado com todo e qualquer participante que busca informações. Disse que nos treinamentos, a recomendação é de o atendente não indicar opções nem interfere na decisão do participante, apenas apresenta todos os cálculos e simulações, deixando que a opção seja de sua livre escolha. Finalizando sua participação, a Diretora Patrícia informou que o programa de educação financeira e previdenciário está sendo atualizado, com o objetivo de sensibilizar o participante a não só tomar conhecimento, mas também a interagir com o seu plano ao longo da etapa de contribuição, possibilitando ao mesmo fazer suas escolhas de forma mais consciente no momento requer o benefício. Para comentar sobre o item que trata da Resolução PREVIC nº 23, de 14.08.23, o Presidente



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

da Fundação, Sr. Carlos Henrique Flory, solicitando a palavra, informou a impossibilidade da participação de representante da Consultoria Jurídica Pagliarini e Morales Advogados Associados, por motivo de viagem. Dessa forma se dispôs a tecer comentários pontuais sobre referida Resolução, que consolidou 40 normativos, revogados. Iniciou comentando que doravante as EFPC passarão a ser enquadradas em decorrência da soma dos fatores de porte e de complexidade, em um dos segmentos S1, S2, S3 e S4, baseado em número total de participantes e assistidos, número de patrocinadores, número e modalidade de planos de benefícios, valor do exigível contingencial face ao total de ativos e valor total dos fluxos previdenciários, extinguindo-se, dessa forma, a classificação de Entidade Sistemicamente Importante - ESI. Seguindo passou a comentar de forma sucinta, alguns artigos que alteram procedimentos atuais ou que afetam diretamente a Fundação, tais como a competência do Conselho Deliberativo em fixar critérios quantitativos e qualitativos para realização de gastos com pessoal; definição de condicionantes e indicadores de gestão e metas; instituição de auditoria interna para avaliação, de maneira independente, dos controles internos da EFPC, podendo ser realizada por auditor independente desde que este não seja responsável pela auditoria das demonstrações contábeis com mandato fixado. Para fins de habilitação de membros de Conselhos Deliberativo e Fiscal, para as entidades classificadas como S3 e S4, os dados deverão ser enviados à PREVIC apenas por meio do CAND e a certificação poderá ser obtida por experiência, avaliada por banca especializada. Citou ainda o ajuste de precificação de títulos públicos federais atrelados a índice de preços, agora permitidos marcação na curva bem como a possibilidade de contratação de seguro de sobrevivência do assistido e desvios de hipóteses biométricas. Também a possibilidade de exclusão do PGA das parcelas relativas ao fundo administrativo para cobertura de gastos de prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios. Autorização de operações com participantes e a, possibilidade de investimentos em imóveis. Obrigatoriedade da segregação da gestão de recursos com a de risco e a atualização das rotinas e procedimentos de fiscalização pela PREVIC. Concluída a sua apresentação, a Presidência agradeceu ao Sr. Carlos Flory, pela exposição. Por fim, propôs que o Relatório de Monitoramento das recomendações



CONSELHO FISCAL

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 - (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL
ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

dos órgãos de controle e fiscalização seja apresentado na próxima reunião, proposta acolhida pelos demais Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Cesar Gnoatto, Secretário, lavrei e subscrevi esta ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Electronically signed by:
Daniel de Souza Coelho
CPF: ***.777.389-**
Date: 9/13/2023 1:33:08 PM -03:00



Daniel de Souza Coelho
Presidente do Conselho

Assinado eletronicamente por:
Jaime Alves de Freitas
CPF: ***.308.809-**
Data: 14/09/2023 12:41:10 -03:00



Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

Assinado eletronicamente por:
José Roberto de Moraes
CPF: ***.074.888-**
Data: 13/09/2023 14:16:18 -03:00



José Roberto de Moraes
Conselheiro

Assinado eletronicamente por:
Filipe Camargo Barwick
CPF: ***.608.998-**
Data: 14/09/2023 12:36:49 -03:00



Filipe Camargo Barwick
Conselheiro

Assinado eletronicamente por:
Cesar Gnoatto
CPF: ***.668.790-**
Data: 13/09/2023 13:28:20 -03:00



Cesar Gnoatto
Secretário